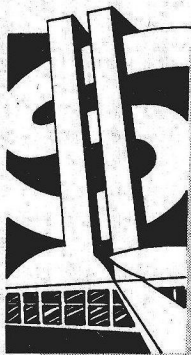


Bisol diz que punidos são poucos e suspeita de acordo

“Botar o Ibsen Pinheiro na lista de cassação e tirar o José Luiz Maia, o José Carlos Vasconcelos e o José Carlos Aleluia é uma injustiça”, desabafou, em seu gabinete, ontem, à margem da reunião da CPI, o senador José Paulo Bisol, coordenador da Subcomissão Patrimonial e Fiscal da CPI do Orçamento. Tanto quanto Bisol, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) acha que houve um acordo dos grandes partidos “para livrar a cara destes três”.



“A análise das provas tem que ser isenta de afetividade e de compromissos políticos ou de qualquer natureza. Quando se analisa provas sobre a conduta de pessoas diferentes é preciso um cuidado especial para usar os mesmos critérios de avaliação dessas provas. Quer dizer, o que vale para um tem que valer para todos os outros. Foi uma injustiça”, acrescentou o senador José Paulo Bisol.

Decepção — O senador José Paulo Bisol, juiz a vida inteira e desembargador aposentado no Rio Grande do Sul, lembra que condenou muito infeliz à cadeia por cheque sem fundo de alguns cruzeiros, o que faz sentir-se com a consciência pesada quando verifica que deixam de ser punidos alguns parlamentares que subtraíram milhões do Tesouro.

Assim mesmo, adverte que se é verdade que a expectativa popular fixada no número de cassados, também é verdade que isso não é o dado mais importante. O importante, para Bisol, é que “existe no Congresso um grupo grande de resistência à corrupção, que garante a irreversibilidade do processo de moralização da vida pública brasileira.

“Porque essa CPI não é um fato que se exaure em si mesmo”, disse Bisol. Segundo ele, só uma etapa que vai acabar com a velha cultura política marcada pelos vícios da colônia e que ainda persis-

CARLOS MOURA



Bisol: é “injustiça” deixar de fora três dos deputados acusados

tem e provoca, mais cedo ou mais tarde, a emergência de um Estado completamente diferente do que nós temos. “Eu seria mais rigoroso, mas o resultado não deixa de ser significativo. Alguns dos que deveriam estar não estão incluídos na lista de cassação”, disse.

O senador José Paulo Bisol acrescentou que todos os ilícitos praticados estão institucionalmente protegidos porque os corruptos dominam setores decisivos da administração. Para Bisol, a maior parte dessas irregularidades não teria sido praticada “se o Tribunal de Contas funcionasse e se instituições como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco Central fossem corretamente administrados”.

“A Sudene tem que ser fechada. É um órgão apodrecido por cancro corruptivo. O presidente Itamar Franco já sabe disso. Os incentivos fiscais precisam ser reformulados”, afirmou Bisol.

O senador gaúcho sustenta que o Banco Central não fiscaliza o sistema bancário “e protege os corruptos, pelo menos em nível de funções decisórias”, além de ser completamente controlado pela Febraban, a entidade repre-

sentativa dos bancos privados. Instituições importantes que, segundo Bisol, deveriam ter colaborado entusiasticamente com a CPI, fizeram exatamente o contrário.

“Quando o Tribunal de Contas da União se deu conta de que a CPI estava obtendo informações além das que os seus dirigentes gostariam de prestar — imediatamente baixaram uma norma interna centralizando em um só departamento a prestação de informações, ou seja, instituíram um sistema de triagem para exercer rígido controle sobre o fluxo de informação. Isso já aconteceu com outras instituições, como a Caixa Econômica Federal”, acusou Bisol.

O senador José Paulo Bisol lamenta as incompreensões que ele e outros dos membros mais investigativos da CPI sofreram. “Ficamos estigmatizados como se fosse um crime investigar o crime”. Sobre o Tribunal de Contas da União, Bisol afirmou: O TCU deveria ser órgão auxiliar do Congresso, como determina a Constituição, mas se comporta como se fosse o sacrário da Igreja onde se guarda o corpo de Deus.